



**Aos mestres com reconhecimento:
como os educadores cariocas
enfrentam a violência carioca de cada
dia**

**N° 20020401
Abril - 2002**

Fernando Cavallieri, Alcides Carneiro - IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro



EXPEDIENTE

A **Coleção Estudos Cariocas** é uma publicação virtual de estudos e pesquisas sobre o Município do Rio de Janeiro, abrigada no portal de informações do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro (IPP) : www.armazemdedados.rio.rj.gov.br.

Seu objetivo é divulgar a produção de técnicos da Prefeitura sobre temas relacionados à cidade do Rio de Janeiro e à sua população. Está também aberta a colaboradores externos, desde que seus textos sejam aprovados pelo Conselho Editorial.

Periodicidade:

A publicação não tem uma periodicidade determinada, pois depende da produção de textos por parte dos técnicos do IPP, de outros órgãos e de colaboradores.

Submissão dos artigos:

Os artigos são submetidos ao Conselho Editorial, formado por profissionais do Município do Rio de Janeiro, que analisará a pertinência de sua publicação.

Conselho Editorial:

Ana Paula Mendes de Miranda, Fabrício Leal de Oliveira, Fernando Cavallieri e Paula Serrano.

Coordenação Técnica:

Cristina Siqueira e Renato Fialho Jr.

Apoio:

Iamar Coutinho

CARIOCA – Da, ou pertencente ou relativo à cidade do Rio de Janeiro; do tupi, “casa do branco”. (Novo Dicionário Eletrônico Aurélio, versão 5.0)

AOS MESTRES COM RECONHECIMENTO: COMO OS EDUCADORES CARIOCAS ENFRENTAM A VIOLÊNCIA CARIOCA DE CADA DIA*

Fernando Cavallieri, Alcides Carneiro - IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

A interpretação

Quando se pede a uma pessoa que analise uma realidade, é normal que destaque o ruim e o que não funciona direito. O que acontece dentro da normalidade não chama a atenção do olhar humano. Assim também nos serviços públicos. Diariamente, milhares de ônibus, trens, barcas, metrô e bondes circulam sem problemas, e ninguém nota. Basta um único acidente e vira notícia e comentário geral.

As 1.029 escolas da Prefeitura, uma das maiores redes municipais de ensino público do mundo, representam um desafio renovado a cada dia para quem tem de colocá-las a funcionar, girando a complexa engrenagem que interliga aulas, merendas, horários e pessoas. Essa monstruosa rotina, que envolve milhares de funcionários e mobiliza centenas de recursos, passa despercebida, e o funcionamento de mais esse serviço público se enquadra na normalidade das coisas, na marcha tranqüila da vida.

Sabemos quantas realizações positivas são necessárias para fazer essa grande máquina funcionar. No entanto, os dirigentes das Coordenadorias Regionais de Educação (CRE's) convidados pelo Prefeito a analisar suas escolas, enfatizaram as dificuldades, as situações críticas e os perigos que as ameaçam. Com a modéstia típica dos verdadeiros empreendedores, não realizaram seu hercúleo esforço para dar seguimento à normalidade da prestação do serviço: escolas abertas, funcionando e cumprindo seu dever de ensinar e formar.

Tal ressalva é importante, porque, daqui a diante, só falaremos de problemas. Há de parecer que o mundo das escolas públicas é uma crise, onde reina a violência e o desespero. Não é bem assim.

Os comentários a seguir enfatizam as situações mais críticas, porque esse foi o objetivo do trabalho encomendado pelo Prefeito ao IPP e à Secretaria de Educação, mas também apontam soluções. A partir de um questionário, respondido por todos os diretores, que buscava aquilatar a influência da violência sobre a vida escolar, aprofundaram-se em reuniões as situações mais problemáticas.

Contudo, que não se perca de vista, que o foco intenso sobre a questão-violência não deve empalidecer a certeza de que, apesar de todas as dificuldades, o predominante é a regularidade de funcionamento da imensa maioria das escolas. Superando desafios, driblando dificuldades, todo santo dia, a Secretaria de Educação “bota o bloco – e que bloco! - na rua”!

A sala de debates

Logo, logo falaremos do questionário e dos resultados obtidos. Mas, o fato é que de posse dos dados tabulados e analisados, o Prefeito determinou que o IPP preparasse reuniões com a direção de cada uma das dez CRE's. Em tais reuniões,

* Revisão: Silvano Fidélis.

apresentavam-se os dados da pesquisa, indicadores sobre a performance das escolas, mapas e fotos com a localização de unidades escolares, que permitiam “espacializar”, através de modernas ferramentas de informática, as causas externas que afetavam as escolas e, possíveis soluções.¹

A Secretaria de Educação achou interessante convidar representantes das Subprefeituras e da Guarda Municipal, que estiveram presentes a algumas das 10 reuniões realizadas.

Para que a metodologia funcionasse a contento, montou-se uma sala de debates, equipado com computador, projetor e mapas, que possibilitou que se reunissem, a cada dia, cerca de 8 pessoas para realizar o trabalho. Organizou-se uma dinâmica interativa em que o IPP apresentava o método de trabalho e, de posse dos resultados georreferenciados da pesquisa, ia se construindo a análise, com ênfase nos grupos de escolas-problema. Os depoimentos de professores e outros funcionários enriqueciam a visão técnica, uma vez que atualizava as informações, “aquecendo” as frias cifras estatísticas com testemunhos de profundo conhecimento e vivência das situações.

Uma análise de fotos aéreas da cidade, sobre as quais se fazia aparecer uma série de referências pré-selecionadas (as próprias escolas, delegacias de polícia, postos de saúde etc.) em escala compatível com o olho humano, possibilitou *identificar no espaço* situações críticas e possíveis soluções. Por exemplo, ao descreverem problemas no acesso à determinada escola, era possível identificar a rua, realçar na foto a ausência de calçadas e, gravar essa imagem como um relatório visual explicativo. Da mesma forma, quando identificavam um terreno, prédio ou local qualquer livre ou subocupado que pudesse ser usado para implantar alguma “solução”, este era marcado no mapa e passava a fazer parte do relatório em papel e da apresentação em linguagem *web*.

Enfim, foram cerca de 40 horas de relatos pungentes, em meio a histórias de sangue, lágrimas e muito suor por parte dos profissionais da Educação. Sua atuação – ficou claro – supera os limites do dever profissional e se inscreve na categoria da dedicação.

O núcleo crítico

Em todos os relatos e análises, ficou nítida a existência de um núcleo crítico de problemas: as escolas - sobretudo as de 5ª a 8ª séries - atraem os traficantes de drogas, ou por serem estabelecimentos/locais públicos de grande porte e de fácil acesso, ou por abrigarem virtuais consumidores de drogas e de “prazeres” conexos. Tal atratividade é reforçada pela sua localização (cercanias de assentamentos informais) e pela composição sócio-econômica da sua clientela, semelhante em termos de origem, classe, idade e local de moradia aos agentes que operam o negócio ilegal.

Gera-se, assim, um paradoxo: ao cumprir sua precípua função, oferecendo ensino público a quem e onde mais é preciso, as escolas são engolfadas pela “organização” social criminosa que tende a predominar em tais áreas. Ao ver-se, assim, “dominada” por essa nova e perversa “ordem social”, imposta a ferro e fogo pelos “comandos”, a instituição enfrenta imensas dificuldades para cumprir sua função. Luta tenazmente para sair da esfera de influência e mando dos traficantes e de suas

¹ Dois tipos de produtos foram extraídos dessas reuniões: 10 relatórios em papel e uma apresentação em formato web, ou seja, um conjunto de arquivos digitais, que podem ser apreciados em computador. Um exemplo desta apresentação pode ser visto no sítio do IPP www.armazemdedados.rio.rj.gov.br sob o título “Falamos com as Diretoras de Escola: Santa Cruz”

ramificações e permanecer na arena do público, como estabelecimento coletivo que é, servindo ao povo e sendo controlada por seus representantes legitimamente escolhidos.

Os dirigentes escolares ressaltaram, várias vezes, que na maioria das escolas se reproduzia a mesma estrutura das comunidades, divididas em facções rivais e inconciliáveis. Chegam a ponto de ter de separar em turmas diferentes alunos que moram em comunidades “dominadas” por comandos inimigos. Vê-se, assim, outra imagem do paradoxo: a escola que deveria integrar e formar os cidadãos, tendo como base o primado da igualdade e liberdade de todos, acaba por se render ao reinado dessa (nova?) forma de criminalidade, em que imperam valores antípodas: a diferenciação social, pautada pelo poder bélico e financeiro dos indivíduos, e a ditadura sem limites do grupo dominante.

Vejam, por exemplo, as primeiras palavras de um relatório sobre uma das escolas abordadas:

“Escola X Diagnóstico

Uso e tráfico de drogas na porta e dentro da escola;

Guerra entre “Comandos” interfere no andamento da escola;

Alunos que moram em locais dominados por um Comando são ameaçados e agredidos por membros dos rivais;

Violência de alunos contra professores....”.

Não se trata de um exemplo isolado, mas de um triste padrão dominante.

Outros aspectos, também diagnosticados como causas das dificuldades escolares, dizem respeito ao que se poderia chamar de “desurbanidades”: precárias condições de infra-estrutura das comunidades do entorno da escola, que afetam a vida e a saúde dos alunos, entorno de praças, jardins e parques abandonados, irregularidades várias, como favelização de terrenos, “privatização” de espaços públicos de esporte e lazer e, até, casos surpreendentes como utilização clandestina da escola para festas nos fins de semanas ou para esconderijo de armas e drogas.

Essa realidade “desurbanizada”², carente das condições mínimas (saneamento, circulação, equipamentos coletivos etc.) características da cidade moderna, dificulta o exercício do controle urbanístico e propicia o desenvolvimento de práticas criminosas “organizadas”. Desenha-se um círculo conhecido no qual os “pequenos delitos” alimentam e são alimentados pelos crimes maiores, o que gerou a idéia de alicerçar as políticas de segurança no princípio da “tolerância zero”.

Discussões à parte sobre a eficiência dessa política de “tolerância zero”, o fato é que os professores sabem muito bem como o pequeno se relaciona ao grande, nesta questão do desvio da ordem pública. Sabem também – pode-se dizer, sabemos todos – que a Sociedade brasileira tem sido extremamente tolerante com os pequenos golpes, infrações, jeitinhos, desonestidades e semelhantes.

Uma riqueza de propostas

Nas reuniões da sala de debates, não ficávamos satisfeitos em somente ouvir toda aquela carga de problemas – se é que alguém pode ficar satisfeito com essa verdadeira tragédia urbana. Pedíamos sugestões para resolver ou atenuar os

² Lembre-se que “urbano”, raiz de muitas expressões usadas neste texto, significa também “cortês, afável e civilizado” (Dicionário Aurélio)

problemas. Instigávamos, mesmo, os participantes das reuniões a usar seu conhecimento de causa e sua imaginação institucional para apontar alternativas de melhorias para as mazelas indicadas.

E, assim, surgiu uma riqueza de sugestões. Quanto ao âmbito, as propostas podem ser divididas em mudanças dirigidas ao contexto externo e interno das escolas. Quanto ao conteúdo, duas vertentes sobressaíram: aquelas que enfatizavam a necessidade de fortalecer as condições de segurança e as que buscavam ampliar as oportunidades de ocupação do tempo livre do alunado. Frequentemente, para uma mesma escola ou grupo de escolas, apresentava-se uma combinação de soluções que contemplava todas as possibilidades descritas.

Para mudar o ambiente externo, houve grande preocupação em melhorar as condições de saneamento das comunidades vizinhas, onde vive a clientela (programas Favela Bairro, Bairrinho etc.), como também do entorno imediato da escola (arborização, iluminação, calçamento e sinalização das vias, limpeza de terrenos, recuperação de praças, implantação de acessos etc.). Intensificação do policiamento também se inscrevia nesse contexto de melhorias externas vistas como diretamente ligadas ao desempenho das instituições de ensino.

Como soluções dirigidas ao contexto interno, a grande preocupação era “separar” o 1º do 2º segmento, uma vez que a criminalidade externa interfere muitíssimo mais nos estudantes de maior idade, ou seja, nos que frequentam o 2º segmento, do que naqueles das primeiras séries. Tal “separação”, sobre a qual já houve diferentes posições na própria Secretaria de Educação, poderia arrefecer os problemas junto às crianças, mas esses continuariam rondar os adolescentes. Que fazer, então?

Defender e vigiar foram as idéias predominantes. Defender, protegendo a escola das ameaças externas, através de cercas, muros e outras formas de isolamento físico. Vigiar, através da intensificação do serviço de ronda escolar feito pela Guarda Municipal ou mesmo pela lotação permanente de guardas em determinadas unidades mais problemáticas. Estas duas últimas alternativas não se aplicam às escolas situadas nas denominadas “áreas vermelhas”, onde os integrantes desarmados da Guarda Municipal, por sua própria orientação, não podem agir.

Se o meio ambiente físico e social das escolas-problema foi considerado como inadequado para as crianças e adolescentes, natural seria que se buscassem alternativas para afastá-los, o mais possível, dessa vivência problemática. Os educadores de todas as CRE's foram unânimes em recomendar a necessidade de se manterem os alunos ocupados (especialmente os do 2º segmento, de 11 a 14 anos) em atividades de esporte, lazer, cultura e treinamento profissional.

O esporte foi a dominante de todos os membros da “sala de debates”, pelo seu poder de aglutinar, disciplinar e motivar os jovens. Abundaram reivindicações de construção de equipamentos (e a expressão mais usada foi Vila Olímpica), assim como de implantação de programas esportivos que desviassem os adolescentes do caminho das drogas, seja como usuários, seja como membros assalariados do seu “exército do mal”.

Na esteira das medidas alternativas ao tempo ocioso dos alunos, uma idéia constante foi a da ampliação do número de Clubes Escolares. Mas o que vem a ser Clube Escolar? Segundo a página da SME na Internet (set. 2001), “quem estiver matriculado em escola municipal pode frequentar um dos onze clubes escolares que (...) oferecem esportes e atividades artísticas aos alunos, fora do horário escolar (...) e funcionam em locais como universidades e condomínios, obtidos em parceria com a comunidade.” Cerca de dez mil alunos estão matriculados em tais clubes, cifra que

representa apenas cerca de 6% dos alunos matriculados nas 6^a, 7^a e 8^a séries da rede municipal, aquelas onde se encontram os mais necessitados dessas atividades. Vê-se que há campo para fazer crescer esse programa de extensão da ação educativa que vem atuando desde 1993.

Ressaltou-se sempre que não bastaria criar espaços físicos sem mantê-los funcionando através de programas esportivos, de lazer, de educação artística ou de atividades culturais. Sem os programas desenvolvidos por educadores, recreadores e outros profissionais especializados, seria como “entregar o ouro ao bandido”. Com efeito, vários casos de “privatização” de espaços públicos, sobretudo de campos de futebol, foram relatados. Privatização, no caso, foi o eufemismo encontrado para designar a dominação e a exploração comercial desses espaços por traficantes e seus agentes. Nesse mundo, em que há uma grande ausência do Estado e dificuldades de acesso a bens e serviços privados, se a Autoridade não zelar ativamente pelos bens públicos, eles acabam sendo “ocupados” por quem tem presença ostensiva e dominadora na área – os setores criminosos.

Em resumo, este é o relatório. Outras interpretações sobre os depoimentos dos mestres e administradores municipais na maratona de análise dos resultados das pesquisas podem e devem existir. Tentou-se apenas ligar pontos e articular idéias com o objetivo de contribuir para o processo de tomada de decisões para a implementação de medidas preventivas e corretivas.

Outra forma, contudo, de focar a questão é auscultar a fala dos diretores das escolas, através da análise estatística dos resultados da pesquisa que, deu origem às 40 horas de debates. Passemos, pois, à análise da pesquisa.

A escola avaliada – a percepção de seus dirigentes

Foi requerida a opinião de cada um dos diretores das escolas municipais sobre cinco questões relativas ao ambiente externo e à escola.

As três primeiras perguntas consistiam na avaliação subjetiva (*percepção*): a) da violência intra-muros; b) da violência externa que afeta a escola e; c) do grau de urbanização do seu entorno. Para esses quesitos, as notas seguiram uma escala de um a dez, tal qual a utilizada na avaliação dos alunos, em que se associam os melhores resultados às notas altas e os piores às mais baixas.³

As duas perguntas restantes basearam-se em *dados objetivos* sobre: a) proporção de alunos aprovados e; b) nível de evasão escolar. Estes resultados foram expressos em percentagem para cada uma das escolas da rede⁴. Neste caso específico, devemos notar que os percentuais caminham em direções opostas, pois a melhor situação de aprovação é 100%, e de evasão é 0%.

Das cinco indagações levantadas, duas fogem ao âmbito escolar: urbanização do entorno e violência extra-muros. A primeira, porque envolve um conjunto de órgãos de instâncias as mais variadas a interagir muitas das vezes de forma caótica no tecido urbano. A segunda, por se tratar de um fenômeno típico de segurança pública, um tema ainda restrito à alçada estadual. É claro que a Guarda Municipal deve e participa

³ Notas atribuídas, em abril de 2001, pelos diretores das escolas a três quesitos: violência dentro da escola, violência fora da escola que a afeta e urbanização (pavimentação, saneamento, lixo, iluminação e existência de praça) num raio de 6 quadras da escola. As notas podiam variar de 1 (situação muito grave) a 10 (situação ótima). A pesquisa foi aplicada através de um formulário respondido diretamente pelos diretores.

⁴ A percentagem de evasão foi calculada entre as movimentações 01 e 03 de 2000, referentes ao início e ao fim do ano; a aprovação correspondeu a percentagem de alunos aprovados sobre os matriculados ao final de 2000.

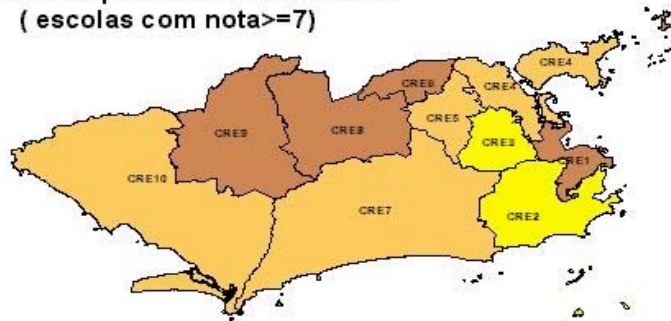
desse processo, que visa, na verdade, a minimizar os efeitos perversos da violência no seu mais amplo sentido.

O cartograma, apresentado a seguir, mostra, através de uma escala de cores, a proporção de escolas, em cada CRE, consideradas em melhor situação, de acordo com a pesquisa:

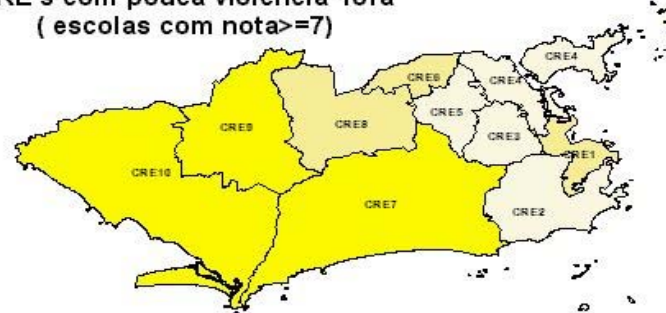
- *as cores mais escuras mostram as CRE's de melhor situação em cada uma das cinco variáveis;*
- *cada cor representa uma percentagem de escolas que, em cada CRE, foram mais bem classificadas. Assim, a cor mais escura, marrom, indica que entre 80% e 91% das unidades de uma Coordenadoria foram colocadas, pelas diretoras, no topo da classificação. Já a cor mais clara significa que no máximo 43% das escolas obtiveram o melhor grau de cada uma das variáveis da pesquisa;*
- *como foram usadas as mesmas cores para todos os cinco quesitos, fica fácil visualizar o comportamento resultado das CRE's em relação a cada uma das variáveis e como uma determinada CRE se saiu em relação aos itens pesquisados.*

Percentagem de Escolas em Melhor Situação por CRE - 2000

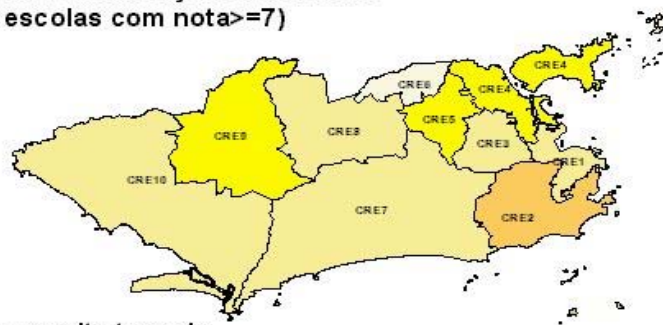
CRE's com pouca violência dentro
(escolas com nota ≥ 7)



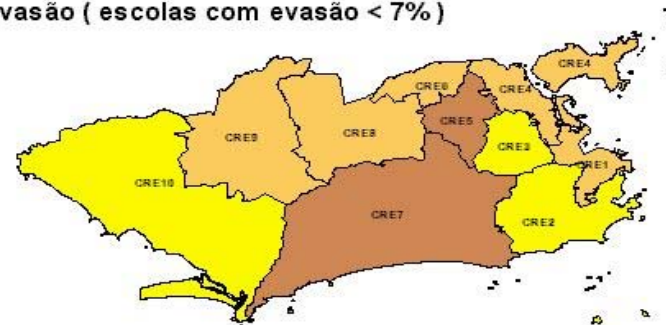
CRE's com pouca violência fora
(escolas com nota ≥ 7)



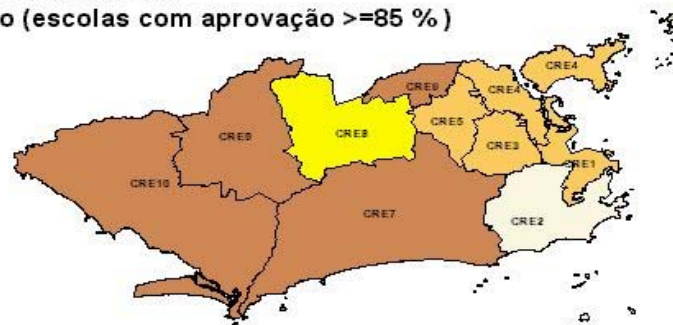
CRE's com urbanização satisfatória
(escolas com nota ≥ 7)



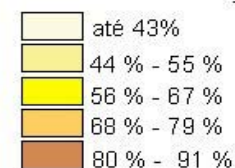
CRE's com baixa taxa de evasão
(escolas com evasão $< 7\%$)



CRE's com alta taxa de aprovação
(escolas com aprovação $\geq 85\%$)



% de escolas em relação à CRE



Fonte: SME - Pesquisa de Avaliação da Escola por seus Dirigentes -2000

A violência externa

A análise das três perguntas de natureza subjetiva foi feita, considerando-se notas iguais e superiores a 7 como indicativas de uma situação positiva e, contrário senso, conceitos inferiores a sete representariam problemas.

A violência externa e a pergunta sobre urbanização apresentaram resultados negativos mais contundentes. A violência externa, na percepção de seus dirigentes, faz parte de 53% das escolas, ou seja, para cada escola definida como inserida num contexto tranquilo, pelo menos outra convive com problemas de segurança em seu entorno.

Este indicador obteve seus piores resultados na CRE 5 (74%) que abarca as Regiões Administrativas (RA) de Irajá e Madureira. Nessa área, cerca de três em cada quatro escolas convivem rotineiramente com problemas externos. Completando a mancha da violência externa (vide mapa), as CRE's 2 (63 %), 3 (61%), 4 (60%), que compreendem as RA's da Zona Sul, da Tijuca e de Vila Isabel e quase todo os bairros da Zona Norte, onde a situação pode ser definida como grave.

As Regiões Administrativas com menores índices em de percepção de violência pelos diretores foram: Campo Grande (CRE-9) com 35% seguida por Bangu/Realengo (CRE8),

Os melhores resultados do parâmetro **violência fora** ocorreram nas CRE 9 (65% - RA de Campo Grande), CRE 7 (63%), que coincide seus limites territoriais com a AP-4 (RA's de Barra da Tijuca e Jacarepaguá) e CRE 10 (57% - RA's de Santa Cruz e Guaratiba). Os resultados evocam uma realidade duas vezes mais tranquila que as verificadas nas CRE's 2, 3,4 e 5. Nessas áreas existe uma escola com problemas para cada duas que ainda desfrutam de uma relativa paz exterior. Nas RA's da área central da cidade (CRE 1), de Pavuna e Anchieta (CRE 6) e de Bangu e Realengo (CRE 8), os diretores registraram índices de violência fora da escola (notas superiores a 7) de 45%, 46%, 49 respectivamente.

A urbanização nas redondezas

Na avaliação da questão referente à **urbanização** do entorno, os resultados globais foram um pouco mais otimistas, pois 56% das escolas receberam conceito igual ou superior a sete.

O melhor resultado confirmou o esperado, ou seja, estão na CRE 2 - Zona Sul, Tijuca e Vila Isabel as maiores notas para o quesito urbanização. Nesta região, praticamente, quatro em cada cinco escolas receberam nota igual ou superior a sete.

A contradição veio por parte da avaliação feita na CRE 1 (Área Central), uma região bem infra-estruturada e que, curiosamente, recebeu a terceira pior nota da cidade. Segundo as diretoras das escolas da CRE 1, dividem-se meio a meio os bons e os maus conceitos, ou seja, para cada escola que obteve grau superior a seis, existe outra com nota menor ou igual a seis. Fica difícil entender como as CRE's 9 e 8, áreas conhecidas como carentes de infra-estrutura básica conseguiram uma qualificação superior ao Centro.

A violência interna

Na avaliação dos diretores quatro em cada cinco escolas não têm problemas para garantir a segurança dos corpos docente e discente, pelo menos quando se encontram dentro da escola.

A melhor performance no tocante a **violência dentro** foi atribuída às escolas das Coordenadorias 6 (Pavuna e Anchieta) - 91%; 9 (Campo Grande) - 86 % e; 8 (Bangu e Realengo) - 85%. Nessas CRE's, os dirigentes consideraram pouca violência no interior de suas salas de aula: apenas uma escola em cada grupo de seis tem foram vistas como tendo problemas de violência interna.

Da região considerada o cartão postal da cidade, CRE 2, que desfruta da melhor externalidade positiva e do maior poder aquisitivo, vem a pior avaliação de insegurança interna, atingindo uma em cada três escolas. A CRE 3 a ela se assemelha.

Aprovação

Em função da distribuição média dos dados de aprovação para toda a cidade, consideramos que as escolas estariam num patamar positivo quando sua taxa de aprovação fosse maior ou igual a 85%. Ao contrário, escolas com taxa de aprovação até 84% foram tidas, na presente análise, como parte do grupo das mais problemáticas. (ver tabela a seguir)

A taxa de aprovação da cidade pode ser considerada alta, uma vez que 72% das escolas aprovaram 85% ou mais de seus alunos. Sabe-se também que pelo sistema escolar adotado no Rio, praticamente não há reprovação dos alunos do primeiro segmento e, por isso, a taxa de reprovação varia de acordo com a quantidade de alunos de cada segmento existente em cada unidade escolar. No entanto, esse fato não deve estar influenciando o comportamento da variável por CRE, onde deve haver um equilíbrio na oferta dos dois segmentos. Há interessantes variações quanto às CRE's.

A maior proporção de escolas com mais alto grau de aprovação está na CRE-10, com 89%, seguida de perto das CRE's 7 (87%), 6 (82%) e 9 (80%). Nessas áreas, pelo menos quatro em cada cinco escolas apresentaram, no final do ano letivo de 2000, alto índice de aprovação. Com exceção da CRE 7, formada pelas regiões da Barra e Jacarepaguá, as escolas dessas CRE's estão nas áreas mais pobres da Cidade – Zona Oeste e Pavuna e Anchieta. As Regiões de Bangu e Realengo (CRE 8), também integrantes da Zona Oeste, foram exceção à regra, pois tiveram índices de aprovação bem baixo (66%), situando-se em penúltimo lugar no Município.

O resultado mais surpreendente ficou por conta da CRE 2, onde apenas uma em cada quatro escolas conseguiu aprovação superior a 84%. Como explicar que, justamente na zona mais rica da cidade, ocorreu o menor grau de aprovação dos alunos nas escolas municipais? Seria de se esperar o contrário: por se tratar de crianças de famílias mais bem aquinhoadas, o grau de aprovação deveria ser maior do que nas áreas mais pobres, porém a reprovação superior a 15% chega a ser quase o dobro do que em CRE's situadas em áreas sabidamente mais pobres. O entendimento dessa situação exigiria um estudo mais aprofundado.

Deve-se questionar, também, em que medida esses alunos da segunda CRE estão representando as condições sócio-econômicas dos bairros em que moram, ou, correspondem a estratos bem mais baixos por estarem matriculados na rede pública,

As demais CRE's 1, 3, 4 e 5, formam uma mancha contínua que se estende do Centro a Irajá, passando por Méier, Inhaúma, Penha, Ramos e Ilha do Governador e incluindo as comunidades de baixa renda do Jacarezinho, Complexo do Alemão e Maré, apresentaram resultados bastante satisfatórios, com taxas de aprovação superior a 84% no intervalo entre 68% e 79% das escolas.

Evasão⁵

Para a evasão, tendo em vista a média dos dados para o conjunto das escolas, o critério foi o de selecionar as que apresentaram taxa de evasão até 6%: 751 ou 73% das escolas municipais preencheram tal critério. (ver tabela a seguir)

O melhor resultado ficou com a CRE-7 (Barra e Jacarepaguá), onde 90% das escolas se enquadraram na nossa definição de baixa evasão. Perto dela, a CRE 5 registrou 83% de unidades. Nestas regiões, encontra-se uma relação de uma escola problemática para cada sete, dentro dos padrões definidos anteriormente.

Desta vez, o pior desempenho ficou com as CRE's 1 e 2 (novamente a 2!) com apenas 63% , logo seguidas das 10 e 3 com 65% e 67%, respectivamente.

Entre esses dois extremos, que, à exceção da CRE 10, formam um contínuo espacial (as Coordenadorias coloridas de amarelo-ouro e marrom no mapa), situam-se as demais CRE's.

⁵ Discutiu-se muito que o conceito adotado (diferença entre o nº de alunos matriculados no fim do ano e no início) não é, de fato, evasão. Esta compreenderia apenas aqueles que abandonam a escola e param de estudar. O conceito adotado engloba situações como falecimento, mudança de escola, mudança de cidade etc.

Pesquisa de Avaliação das Escolas por seus Dirigentes - 2001

Descrição	Nota	Violência Dentro		Violência Fora		Urbanização		Taxa de	Aprovação *		Taxa de	Evasão *	
		Escolas	%	Escolas	%	Escolas	%	Aprovação	Escolas	%	Evasão	Escolas	%
TOTAL	1 a 6	226	22	547	53	454	44	até 84 %	282	28	até 6 %	751	73
	7 a 10	797	78	476	47	567	56	85 % ou +	723	72	7 % ou +	272	27
	to tal	1023	100	1023	100	1021	100	to tal	1005	100	to tal	1023	100
CRE-1	1 a 6	10	20	28	55	26	51	até 84 %	12	24	até 6 %	40	78
	7 a 10	41	80	23	45	25	49	85 % ou +	39	76	7 % ou +	11	22
	to tal	51	100	51	100	51	100	to tal	51	100	to tal	51	100
CRE-2	1 a 6	38	34	71	63	25	22	até 84 %	76	76	até 6 %	71	63
	7 a 10	74	66	41	37	87	78	85 % ou +	24	24	7 % ou +	41	37
	to tal	112	100	112	100	112	100	to tal	100	100	to tal	112	100
CRE-3	1 a 6	35	34	62	61	48	48	até 84 %	23	24	até 6 %	68	67
	7 a 10	67	66	40	39	52	52	85 % ou +	73	76	7 % ou +	34	33
	to tal	102	100	102	100	100	100	to tal	96	100	to tal	102	100
CRE-4	1 a 6	28	21	80	60	59	44	até 84 %	34	26	até 6 %	93	70
	7 a 10	105	79	53	40	74	56	85 % ou +	99	74	7 % ou +	40	30
	to tal	133	100	133	100	133	100	to tal	133	100	to tal	133	100
CRE-5	1 a 6	23	22	76	74	41	40	até 84 %	29	28	até 6 %	85	83
	7 a 10	80	78	27	26	62	60	85 % ou +	74	72	7 % ou +	18	17
	to tal	103	100	103	100	103	100	to tal	103	100	to tal	103	100
CRE-6	1 a 6	7	9	41	54	44	58	até 84 %	14	18	até 6 %	56	74
	7 a 10	69	91	35	46	32	42	85 % ou +	62	82	7 % ou +	20	26
	to tal	76	100	76	100	76	100	to tal	76	100	to tal	76	100
CRE-7	1 a 6	26	25	39	37	52	49	até 84 %	14	13	até 6 %	95	90
	7 a 10	80	75	67	63	54	51	85 % ou +	92	87	7 % ou +	11	10
	to tal	106	100	106	100	106	100	to tal	106	100	to tal	106	100
CRE-8	1 a 6	22	15	74	51	73	50	até 84 %	50	34	até 6 %	115	79
	7 a 10	123	85	71	49	72	50	85 % ou +	95	66	7 % ou +	30	21
	to tal	145	100	145	100	145	100	to tal	145	100	to tal	145	100
CRE-9	1 a 6	14	14	35	35	33	33	até 84 %	20	20	até 6 %	74	74
	7 a 10	86	86	65	65	67	67	85 % ou +	80	80	7 % ou +	26	26
	to tal	100	100	100	100	100	100	to tal	100	100	to tal	100	100
CRE-10	1 a 6	21	22	41	43	53	56	até 84 %	10	11	até 6 %	62	65
	7 a 10	74	78	54	57	42	44	85 % ou +	85	89	7 % ou +	33	35
	to tal	95	100	95	100	95	100	to tal	95	100	to tal	95	100

Fonte: SME

O bs: as informações relativas a aprovação e evasão têm com o referência o ano de 2000.